

SUMÁRIO

Capítulo 1

Introdução	25
-------------------------	-----------

Capítulo 2

Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – SISNAD	27
---	-----------

Capítulo 3

Drogas ou substância entorpecente?	31
---	-----------

Capítulo 4

<i>Abolitio criminis</i>	33
---------------------------------------	-----------

Capítulo 5

Crimes em espécie	35
--------------------------------	-----------

5.1. Posse e cultivo de drogas para consumo pessoal	35
---	----

5.1.1. Introdução	36
-------------------------	----

5.1.1.1. Tema 506 de Repercussão Geral - STF	37
--	----

5.1.2. Sujeitos do crime	48
--------------------------------	----

5.1.3. Estrutura do tipo penal	48
--------------------------------------	----

5.1.4. Consumação e tentativa	54
-------------------------------------	----

5.1.5. Penas.....	55
5.1.5.1. Reincidência.....	57
5.1.5.2. Recusa no cumprimento	59
5.1.5.3. Prescrição	60
5.1.5.4. Confisco.....	61
5.1.5.5. Autorização para a preparação de drogas.....	61
5.1.6. Conflito aparente de normas.....	62
5.1.7. Ação penal.....	63
5.2. Tráfico de drogas	65
5.2.1. Introdução	66
5.2.2. Sujeitos do crime	67
5.2.3. Estrutura do tipo penal.....	67
5.2.4. Consumação e tentativa	75
5.2.5. Figuras equiparadas	76
5.2.5.1. Tráfico de matéria-prima, insumo ou produto químico destinado à preparação de drogas	76
5.2.5.2. Semeadura, cultivo ou colheita de plantas matéria-prima para preparação de drogas.....	82
5.2.5.3. Uso de local para tráfico de drogas	84
5.2.5.4. Venda ou entrega de drogas ou insumos a policia disfarçado.....	86
5.2.6. Tráfico privilegiado.....	89
5.2.6.1. Introdução	90
5.2.6.2. Requisitos	90
5.2.6.3. “Mulas” do tráfico	99

5.2.6.4. Patamar de redução	100
5.2.6.5. Fixação da pena	104
5.2.7. Conflito aparente de normas.....	104
5.2.8. Ação penal.....	105
5.3. Instigação, induzimento ou auxílio ao uso de drogas	107
5.3.1. Introdução	107
5.3.2. Sujeitos do crime	107
5.3.3. Estrutura do tipo penal.....	108
5.3.4. Consumação e tentativa	111
5.3.5. Conflito aparente de normas.....	111
5.3.6. Ação penal.....	111
5.4. Oferecimento de droga para consumo conjunto.....	112
5.4.1. Introdução	112
5.4.2. Sujeitos do crime	112
5.4.3. Estrutura do tipo penal.....	113
5.4.4. Consumação e tentativa	117
5.4.5. Conflito aparente de normas.....	117
5.4.6. Ação penal.....	118
5.5. Instrumentos e objetos para produção de drogas	118
5.5.1. Introdução	118
5.5.2. Sujeitos do crime	119
5.5.3. Estrutura do tipo penal.....	119
5.5.4. Consumação e tentativa	124
5.5.5. Conflito aparente de normas.....	124

5.5.6. Ação penal.....	124
5.6. Associação para o tráfico	125
5.6.1. Introdução	126
5.6.2. Sujeitos do crime	126
5.6.3. Estrutura do tipo penal.....	127
5.6.4. Fundamentação tradicional x fundamentação funcionalista sistêmica	130
5.6.5. Diferença entre associação para o tráfico e concurso de pessoas	134
5.6.6. Continuidade delitiva ou associação criminosa?.....	135
5.6.7. Consumação e tentativa	136
5.6.8. Figura equiparada.....	136
5.6.8.1. Participação em mais de uma entidade associativa criminosa	137
5.6.9. Conflito aparente de normas.....	139
5.6.10. Ação penal.....	140
5.7. Financiamento ou custeio do tráfico	140
5.7.1. Introdução	140
5.7.2. Sujeitos do crime	141
5.7.3. Estrutura do tipo penal.....	142
5.7.4. Consumação e tentativa	146
5.7.5. Conflito aparente de normas.....	150
5.7.6. Ação penal.....	150
5.8. Colaboração ao tráfico	151
5.8.1. Introdução	151
5.8.2. Sujeitos do crime	151

5.8.3. Estrutura do tipo penal.....	152
5.8.4. Consumação e tentativa	158
5.8.5. Conflito aparente de normas.....	158
5.8.6. Ação penal.....	159
5.9. Prescrição culposa de drogas.....	159
5.9.1. Introdução	159
5.9.2. Sujeitos do crime	160
5.9.3. Estrutura do tipo penal.....	160
5.9.4. Consumação e tentativa	166
5.9.5. Conflito aparente de normas.....	166
5.9.6. Ação penal.....	166
5.10. Condução de embarcação ou aeronave após o consumo de drogas.....	167
5.10.1. Introdução	167
5.10.2. Sujeitos do crime	167
5.10.3. Estrutura do tipo penal.....	168
5.10.4. Consumação e tentativa	170
5.10.5. Figura qualificada	171
5.10.6. Conflito aparente de normas.....	171
5.10.7. Ação penal.....	171
5.10.8. Penas.....	172

Capítulo 6

Causas de aumento de pena175

6.1. Introdução	175
6.2. Causas de aumento em espécie.....	176

6.2.1. Transnacionalidade	176
6.2.2. Prevalência de função pública ou desempenho de missão de educação, poder familiar, guarda ou vigilância.....	179
6.2.3. Prática nas dependências ou imediações de locais específicos	180
6.2.4. Prática com violência, grave ameaça, emprego de arma de fogo, ou qualquer processo de intimidação difusa ou coletiva	183
6.2.5. Interestadualidade	185
6.2.6. Prática envolvendo ou visando atingir criança, adolescente ou pessoa com diminuída ou suprimida capacidade de entendimento e determinação	187
6.2.7. Financiamento ou custeio	188

Capítulo 7

Dosimetria da pena	191
---------------------------------	------------

Capítulo 8

Pena de multa	201
----------------------------	------------

Capítulo 9

Benefícios vedados.....	205
--------------------------------	------------

Capítulo 10

Inimputabilidade	211
-------------------------------	------------

10.1. Critérios ou sistemas para aferição da inimputabilidade.....	212
--	-----

10.2. Capacidade diminuída	213
----------------------------------	-----

Capítulo 11

Procedimento217

11.1. Introdução 217

11.2. Especificidades do procedimento para o consumo
pessoal de drogas 218

Capítulo 12

Da investigação221

12.1. Da prisão em flagrante 221

12.1.1. Laudo de constatação 223

12.1.2. Audiência de custódia 224

12.1.2.1. Procedimento 224

12.1.2.2. Prazo 230

12.1.2.3. Juízo para realização da audiência de
custódia 232

12.2. Inquérito policial..... 233

12.3. Provas 235

12.3.1. Colaboração/Delação premiada..... 236

12.3.2 Infiltração de agentes 237

12.3.2.1. O agente infiltrado 237

12.3.2.2. Direitos do agente infiltrado..... 239

12.3.2.3. Prerrogativas e limites do agente infiltrado –
entrapment doctrine ou teoria da armadilha 240

12.3.2.4. Requisitos para a infiltração de agentes 242

12.3.2.5. Procedimento..... 245

12.3.2.6. Prazo da infiltração.....	246
12.3.2.7. Responsabilidade penal do agente infiltrado	247
12.3.2.8. Infiltração virtual de agentes	250
12.3.3. Ação controlada	254

Capítulo 13

Rito	257
13.1. Atuação do Ministério Público	257
13.1.1. Arquivamento	257
13.1.2. Diligências	259
13.1.3. Denúncia	260
13.2. Defesa prévia	261
13.3. Recebimento da denúncia e aplicação de medida cautelar de natureza pessoal	265
13.4. Audiência de instrução e julgamento	271
13.5. Síntese gráfica do procedimento	273
13.6. Recolhimento à prisão para apelar	274

Capítulo 14

Apreensão, arrecadação e destinação de bens do acusado	275
14.1. Introdução	276
14.2. Apreensão	276
14.3. Objeto da diligência	277

Capítulo 15

Medidas assecuratórias	281
15.1. Sequestro.....	285

15.1.1. Requisitos.....	286
15.1.2. Legitimidade	290
15.1.3. Procedimento - Sequestro de bens imóveis.....	291
15.1.4. Procedimento	291
15.1.4.1.Procedimento - Sequestro de bens móveis....	292
15.1.4.2.Procedimento - Sequestro de bens ou valores equivalentes	293
15.2. Hipoteca legal.....	293
15.2.1. Aplicação à Lei de Drogas	295
15.2.2. Requisitos	297
15.2.3. Legitimidade	298
15.2.4. Procedimento.....	299
15.2.5. Finalização	300
15.3. Arresto prévio ou preventivo.....	300
15.3.1. Arresto.....	301
15.3.1.1.Requisitos.....	301
15.3.1.2.Legitimidade	302
15.3.1.3.Procedimento.....	302
15.3.1.4.Peculiaridades do arresto	303
15.4. Defesa	305
15.5. Ação controlada na apreensão e sequestro	308
15.6. Medidas assecuratórias sobre bens específicos – tratamento legal.....	309

Capítulo 16

Utilização dos instrumentos, produto e proveito do tráfico315

Capítulo 17

Destinação das drogas e bens apreendidos319

17.1. Destruição de plantações ilícitas e drogas apreendidas319

17.2. Perdimento e confisco..... 321

17.2.1. Confisco alargado 326

Capítulo 18

Cooperação internacional331**Referências bibliográficas.....333**